

O POTENCIAL EDUCATIVO DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS

EDUCATIONAL POTENTIAL OF A COMMUNITY RADIO

Tatiane Chagas Lemos¹

Envio: 13 set. 2011.

Aceitação: 16 fev. 2012.

RESUMO

Este trabalho buscou analisar o potencial educativo/subversivo das rádios comunitárias, tendo como base um trabalho feito pela Secretaria de Assistência Social do Município de Duque de Caxias no período de 2007, que foi a implantação do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano na rádio comunitária, Radio Juventude. Através do diálogo com os autores pós-estruturalistas Deleuze, Guattari, Negri, dentre outros, e utilizando-se dos conceitos de Singularidade, Linhas de fuga e Império tentou esboçar as possibilidades de enfrentamento existentes na contemporaneidade. Tal potencialidade, nos ajuda a entender que nos dias atuais, as rádios comunitárias representam uma ameaça as mídias de massa a medida que potencializa e possibilita novos agenciamentos coletivos de produção de subjetividade sendo seu produto resultante de processos de cooperação.

Palavras-chave: Rádios comunitárias. Educação. Singularidade. Produção de subjetividade.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the potential educational / subversive community radio, based on work done by the Department of Social Services of the Municipality of Duque de Caxias in the period of 2007, which was the implementation of the Young Agent Project for Social Development and Human Radio Community Youth Radio. Through dialogue with the authors poststructuralists Deleuze, Guattari, Negri, among others, and using the concepts of Singularity, drain lines and Empire tried to outline the possibilities of confronting existing nowadays. This capability helps us to understand that nowadays, the community radios pose a threat to the mass media as enhances and enables new collective assemblages of subjectivity production and its product of cooperation processes.

Keywords: Community radio. Education. Uniqueness. Production of subjectivity.

¹ Mestre em educação, cultura e comunicação (Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – UERJ).

O paradigma anarquista na educação

Tomando como base os princípios filosófico-políticos do anarquismo,² a única educação verdadeiramente revolucionária teria que se instaurar fora do contexto escolar (sendo este afastamento já uma atitude revolucionária). A proposição anarquista é que a própria sociedade organize seus mecanismos de ensino (sistemas), sem interferência do Estado, em uma relação de autogestão que refletisse as aspirações e os interesses da sociedade. Gallo nos propõe pensar a educação contemporânea dentro dos princípios do anarquismo, porém nos alerta que tal afirmação seria um processo em construção ainda não consistente, em virtude de uma realidade ainda em (des)construção, principalmente pelo enfrentamento.

Voltemos a lembrar o que nos diz Deleuze e Guattari sobre a capacidade de autorregeneração do capitalismo, que ao se ver ameaçado acaba por dilatar seu alcance de possibilidades. Por isso, uma educação anarquista de hoje, diferente da idealizada pelos anarquistas do século passado, atuaria procurando brechas que permitam uma ação transformadora, que vá aos poucos minando os sistemas de ensino e subvertendo os interesses do próprio Estado:

Deleuze e Guattari mostraram, por outro lado, que o capitalismo apresenta uma “elasticidade”, uma capacidade de alargar seu limite de possibilidades. É certo, porém, que sua constante de elasticidade não é infinita: para uma escola anarquista hoje, trata-se portanto de testar essa elasticidade *tencionando-a* permanentemente, buscando os pontos de ruptura que possibilitariam a emergência do novo através do desenvolvimento de consciência e atos que busquem escapar aos limites do capitalismo. (GALLO, 1995, p. 8).

O autor citado acima nos revela duas possibilidades oriundas do desenvolvimento da sociedade informatizada. Por um lado, a possibilidade de extensão do controle do Estado pelo controle de informações, e por outro, a possibilidade de efetivação de uma democracia direta, gerida pelo conjunto da sociedade, baseada no fato de que o aniquilamento

² O anarquismo vem sendo recuperado nas pesquisas acadêmicas como uma filosofia política. Tal recuperação ganhou mais razão de ser com a “crise dos paradigmas” nas ciências sociais, intensificada com os acontecimentos políticos do Leste Europeu, a queda do socialismo real. Ante a falta de referenciais sólidos para uma análise política da realidade cotidiana, o anarquismo volta à cena.

das fronteiras entre Estado e nação ainda pode servir de ferramenta de análise crítica da sociedade e da educação, trazendo contribuições criativas diferentes das usuais.

Sendo assim, o incremento da informática e das multimídias vem ao encontro da necessidade de uma educação dinâmica e autônoma. O paradigma anarquista na educação se constitui, atualmente, mais por uma atitude (ou melhor, como define Sílvio Gallo, como um princípio gerador de uma total negação de toda e qualquer autoridade e a afirmação da liberdade) que por uma doutrina, até porque afirmar o anarquismo como doutrina é negar sua principal função, que é a afirmação da liberdade e a negação radical da dominação.

O anarquismo como princípio gerador da educação pode e deve se reinventar e assumir as diversas características de cada sociedade/comunidade:

Nesse empreendimento, precisamos subverter o sentido latino original da educação como uma forma de condução (por exemplo, conduzir o macaco para fora da jaula), para inventar um processo educativo, nômade, à deriva, um caminho que se produz sem bússolas e sem sextantes. Um processo que esteja mais interessado na trajetória do que no ponto de chegada. Tornamo-nos aquilo que somos inventando quem somos. De modo que só nos descobrimos depois que nos inventamos. (KOHAN, 2004, p. 215).

A ideia é criar alternativas de construção de outra subjetividade, contra as formas de assujeitamento marcadas pela reprodução e pela eliminação das diferenças, isto é, da submissão da subjetividade. Mas como pensar estratégias de constituição singular e coletivas de cooperação e valorização das forças sociais recusando o vigente sistema de valores de exploração, o sistema hegemônico?

O desafio consiste em buscar soluções a partir das rachaduras. Lá, onde o controle foge ao sistema, onde a máquina Estado emperra. Pode ser na escola, quando os alunos se rebelam ao não se adequarem ao processo de adestramento pedagógico. Ou nas periferias urbanas, onde as pessoas mais sofrem, e nas favelas, por exemplo, onde as pessoas encontram outras vias para sobreviverem, por meio de inúmeras expressões culturais:

[...] ao lado do poder, há sempre a potência. Ao lado da dominação há sempre a insubordinação.

E trata-se de cavar, de continuar a cavar, a partir do ponto mais baixo: este ponto... é simplesmente lá onde as pessoas sofrem, ali onde elas são as mais pobres e as mais exploradas, ali onde as linguagens e os sentidos estão mais separados de qualquer poder de ação e onde, no entanto, ele existe; pois isso é vida e não morte. (PELBART, 2009, p. 27).

Singularidade: um devir da educação

Este trabalho faz menção a Kafka, intitulada por Deleuze como uma “literatura menor”, para explicar o deslocamento conceitual feito pelo professor Sílvio Gallo, que comparou a crítica de Deleuze e Guattari ao autor tcheco e sua obra ao contexto educacional. Uma literatura menor, segundo os autores, “não é uma língua menor, mas antes a que uma minoria faz em uma língua maior”.

Com base nesses apontamentos, Sílvio Gallo nos remete à noção de uma educação menor, como dispositivo para pensarmos a educação praticada nos dias atuais a partir do deslocamento do conceito de *literatura menor*. Uma educação maior remete a ideia daquela instituída, aquela dos planos decenais, das políticas públicas, dos parâmetros e das diretrizes, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Já a ideia de educação menor seria comparada ao que Kafka chama de *a toca do rato e o buraco do cão*, seriam as micropolíticas diárias em sala de aula, máquinas de resistência à educação maior, às políticas impostas. Desterritorializando as normas da educação maior, gerando possibilidades, cavando seus buracos, oferecendo resistência, a educação menor se torna rizomática, ou seja, cria conexões com os alunos, com projetos de outros professores e com o mundo fora da escola, até mesmo com uma rádio comunitária.:

Ora, se a aprendizagem é algo que escapa, que foge ao controle, resistir é sempre possível. Desterritorializar os princípios, as normas da educação maior, gerando possibilidades de aprendizado insuspeitas naquele contexto. Ou, de dentro da máquina opor resistência, quebrar os mecanismos, botando fogo na máquina de controle, criando novas possibilidades. A educação menor age exatamente nessas brechas para, a partir do deserto e da miséria da sala

de aula, fazer emergir possibilidades que escapem a qualquer controle. (GALLO, 2008, p. 67).

Para explicar melhor os processos de produção de subjetividade singularizada, será utilizado o conceito de *linhas de fuga* e sua essência de devir (constante sendo). Tal conceito traduz a ideia central da pesquisa, que é por meio das ações massificadoras dos projetos de cunho educativo, ou seja, por meio do maquinário capitalista de produção de subjetividade é que encontramos as brechas para escapar da coerção. As linhas de fuga não estão fora da homogeneização e do assujeitamento da produção de subjetividade, como afirma Souza (2000, p.43):

O conceito de linhas de fuga assume grande importância para se pensar a tensão entre subjetividade assujeitada e subjetividade singularizada. Trata-se de perceber que, apesar de todo caráter massificador e homogeneizante da cultura de massa e da sociedade de consumo inscrito na subjetividade, traduzindo em termos de uma subjetividade capitalística, há a coexistência de fluxos que tendem a escapar, por estarem sob um regime de multiplicidade, permitindo atravessamentos de forças heterogêneas.

Entender o conceito de linhas de fuga é crucial para compreensão dos movimentos de subversão, direcionando as práticas sociais (dentre elas a educação) para o processo (como fazer?), inventando e reinventando novas teorias.

A singularidade como um devir da educação remete-nos para a possibilidade de que as práticas educativas em geral, seja na escola, nas rádios comunitárias, na televisão, na internet, nos programas sociais e outros têm de reivindicar a singularidade em seus inúmeros modos de subjetivação, resgatando a criatividade em meio a esse mar do senso comum, possibilitando a criação de valores heterogêneos:

Trata-se de criar condições de possibilidade para a abertura de novos valores para além do capital, de pautar a polifonia não só na linguagem, mas na subjetividade, sem pretensão universalista, mas com predisposição à singularidade e à finitude. Nesta predisposição à heterogeneidade, à processualidade e à criação de “modos de subjetivação, circunscreve-se uma dimensão estético-ético-política”. (SOUZA, 2000, p. 43).

Dos “corpos dóceis” aos dóceis consumidores

Os processos disciplinares datam de muito tempo, porém nos séculos XVII e XVIII a disciplinarização se tornou uma eficaz estratégia de dominação. Como afirma Michel Foucault, paradoxalmente a disciplina aumenta a força do corpo (em um sentido econômico) e diminui essa mesma força, assujeitando-o (eliminando seu potencial criador). A disciplinarização consiste, então, de técnicas de poder centradas no corpo, tudo que o que o sistema capitalista da época necessitava: “Uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada” (FOUCAULT, 1987, p. 119).

Ao longo dos anos, essas técnicas se adaptaram às necessidades mercantis e por volta da segunda metade do século XVIII se percebem novos mecanismos de controle, mais eficazes. Graças ao controle disciplinar do corpo foi possível controlar não mais o homem-corpo e sim o homem como ser vivo, seu nascimento, seus sonhos, sua vida em um sentido mais amplo. O controle que a disciplinarização proporcionou foi necessário para uma regulamentação por sistemas, para uma “anatomopolítica do corpo”. Uma estratégia mais sutil e nem por isso menos cruel de controle a que Foucault denominou *biopoder*, ou seja, poder sobre a vida. Enquanto a primeira forma de controle citada se instituiu nas escolas, hospitais, fábricas e presídios, a sua forma subsequente mobilizou a gestão da vida, incidindo não somente sobre a vida (individual) e sim sobre toda população.

Pela análise de Gilles Deleuze, a passagem para o novo sistema de controle é percebida pela crise dos meios de confinamento (prisão, escola, hospital, fábrica e até mesmo a família). O autor nos revela alguns exemplos dessa crise das instituições disciplinares e nos leva a perceber a implantação de um novo regime:

- nas prisões, por meio da busca por penas substitutivas e da utilização das coleiras eletrônicas que controlam todos os passos dos condenados;
- nos hospitais, por meio dos atendimentos em domicílio e do tratamento de doentes em potencial, uma fiscalização contínua;

- nas fábricas são muitos os sinais, mas sobretudo no produto - não se compram mais matéria-prima e se vendem produtos ou peças, vendem-se serviços e compram-se ações.
- nas escolas, por meio da avaliação contínua e da busca pela formação permanente.

Mas como fica a escola em meio a essa transição da sociedade disciplinar para a sociedade de controle. Foucault definiu a escola como uma instituição crucial para a implementação da sociedade disciplinar e a formação do sujeito moderno, funcionando o currículo como um dispositivo para disciplinarizar o corpo e os saberes:

[...] ora, na medida em que o currículo foi o artefato que articulou disciplinarmente as práticas e os saberes escolares, pode-se dizer que, desde sua criação, ele esteve intimamente conectado à fabricação do sujeito moderno. Sem exagero pode-se dizer que o currículo funcionou como principal artefato escolar envolvido com a fabricação do sujeito moderno. Como parte importante da *episteme* da ordem e da representação, a máquina currículo foi uma das condições de possibilidade para essa forma moderna de *ser* e de *estar no mundo* que se estabeleceu a partir do Humanismo renascentista. (VEIGA-NETO, 1998, p. 145).

Logo, se o currículo funciona dentro de uma lógica disciplinar, com a crise da sociedade disciplinar a maquinaria currículo esta em crise e por isso podemos perceber algumas tentativas de desdisciplinarizar o currículo, como por exemplo, afirma Veiga-Neto, as propostas de transversalização dos conteúdos. Mas tudo o que se tem tentado na área, na opinião do autor, são paliativos, pois os temas transversais não dispensam e não afastam as disciplinas.

Outra tentativa de superar a crise está na importância dada aos procedimentos de controle, não se atentando para a mudança dos conteúdos, mas para a forma como são colocados em ação e como são avaliados. Nesse processo, a avaliação vem se intensificando como mecanismo de controle na escola:

[...] por isso cada vez mais proliferam os discursos sobre ensino-aprendizagem, inventam-se metodologias de ensino, mudam-se os focos daquilo que pode ser mais importante na educação escolar, multiplicam-se processos de avaliação, classificam-se e ranqueiam-se instituições e pessoas. (VEIGA-NETO, 1998, p. 147).

Frente aos mecanismos de controle - seja da sociedade disciplinar, seja da sociedade de controle -, Deleuze nos alerta que “não cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas” (DELEUZE, 1997). Enquanto a primeira conduz a estados de docilidade duradoura, a outra parece estimular a flexibilidade. Alfredo Veiga-Neto lembra-nos da importância de avaliar como a maquinaria escolar está lidando com os novos processos de subjetivação e fabricando novos sujeitos.

Nesse processo, tornam-se necessárias novas técnicas educativas, informacionais, nutricionais e físicas. Esse novo cidadão, que substituiu o disciplinado da modernidade, teria que responder às demandas flexíveis do mercado e ter atitude autoempreendedora (ser ele mesmo a sua empresa). Esse fundamento foi retirado da concepção do Eu S/A, pela qual André Gorz esclarece que no lugar do explorado assalariado entra em cena o empresário de sua própria força de trabalho: “No lugar da exploração entram a autoexploração e a autocomercialização do Eu S/A, que remetem lucros às grandes empresas, que são os clientes do autoempresário” (GORZ, 2005, p. 10).

A lógica da sociedade disciplinar era a acumulação de bens, o que possibilitou a acumulação de capital e propiciou o crescimento industrial necessário ao capitalismo industrial. Com o aumento de produtividade, foi preciso aumentar o consumo, o número de consumidores. Mas como produzir esses consumidores? André Gorz nos responde que coube ao *marketing* fornecer uma mensagem simbólica aos produtos mais triviais, para torná-los necessários e imprescindíveis, apelando para desejos, fantasias e motivações irracionais mais íntimas de cada pessoa:

Em vez de se dirigir, como se havia feito até então, ao senso prático dos consumidores, a publicidade deveria conter uma mensagem que transforma os produtos, mesmo os mais triviais, em vetores de um sentido simbólico. Era preciso apelar às “condições irracionais”, criar uma cultura do consumo, produzir o consumidor-tipo que procura encontrar no consumo um meio de exprimir seu *innermost self* (seu “eu mais íntimo”). (GORZ, 2005, p. 48).

Nesse período, a indústria publicitária foi duplamente útil na medida em que preencheu a função política e econômica, pois apelando para a imaginação e os desejos individuais e não coletivos motivou

a procura de soluções individuais para problemas coletivos.

Contrapondo o conceito do sujeito cartesiano do penso logo existo, voltemos à análise não no sujeito, mas aos “componentes de subjetivação” que nos levam a repensar o conceito de indivíduo e subjetividade. Os componentes de subjetivação não dependem do indivíduo, ou seja, os processos de subjetivação não estão centrados na pessoa, nem em grupos sociais, funcionando estes somente como terminais. A subjetividade, diferentemente da identidade ou da individualidade, não se estabelece em nível individual e sim em meio aos processos de produção social e material que atualmente destacam-se por sua massificação e serialização e tendem a inibir a produção de subjetividades alternativas. Por exemplo, uma criança tem hoje inúmeros vetores de subjetivação: a família, a tevê, a escola e a comunidade são atuantes vetores de subjetivação que não param de assumir diversos contornos. Logo, a produção de subjetividade está hoje ancorada em dispositivos capitalistas. Isso não significa, porém, que exista um aprisionamento absoluto: podemos assistir, ao lado do poder, uma nova espécie de poder

Essa subjetividade é produzida por agenciamentos de enunciação, produção essa que nunca se completa, está sempre em processo e é sempre constituída interna e não externamente à representação. Tais processos não são centrados, estando em conexão com diversas instâncias (psíquicas, sociais, econômicas, tecnológicas etc.) de maneira rizomática. A subjetividade é produzida no convívio social, sendo ampla e móvel.

A partir desse momento, a produção não se restringiu à fábrica, foi preciso todo um trabalho de produção de subjetividade para que “o produto” se fizesse necessário, era indispensável um trabalho de formação prévia de forças de consumo, subjetividades de natureza industrial, fabricadas para criar um mercado consumidor. São vários os mecanismos e instâncias de produção de subjetividade em prol do capitalismo mundial: a família, o convívio social, as mídias. Trata-se de um sistema interligado de grandes máquinas de controle social que manipulam a maneira de perceber o mundo. Um mundo de agenciamentos coletivos de subjetivação criados para produção de consumidores de subjetividades,

por meio de todos os processos de produção social e material. Criam-se gostos, estilos, maneiras de viver, ou seja, de consumir.

“A produção de subjetividade constitui matéria-prima de toda e qualquer produção” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 36). Por isso, não se pode combater os males do atual capitalismo integrado sem produção de subjetividades alternativas. Daí a importância de os profissionais que atuam e/ou convivem com dilemas sociais se posicionarem para trabalhar as possibilidades de construção de novos modos de subjetivação. Como a natureza do homem é cooperar com seus iguais, em toda a história da humanidade os homens só evoluíram quando em cooperação.

O capitalismo cognitivo produziu uma forma de exploração do capital que agora domina não só a nossa mão de obra, mas sim todos nossos desejos – ou seja uma forma muito mais perversa de dominar. Vamos dizer que seria a escravidão da própria alma. Porém, a globalização neoliberal criou uma série de condições socioculturais, ideológicas, organizacionais e mesmo econômicas que fortalecem o potencial de uma globalização contra-hegemônica por meio de movimentos contrários, de fuga, como o movimento dos *softwares* livres a partir do projeto Gnu (“Gnu is not Unix”).

Por que o rádio?

Na década de 1920, um grupo de intelectuais – dentre eles, o antropólogo Edgar Roquette Pinto – sonhou lançar no Brasil um veículo de comunicação que já despertava paixões nos Estados Unidos visando ao aprimoramento do nível cultural do país (CALABRE, 2004). Acompanhados de outros intelectuais da época, os precursores da radiotransmissão brasileira proferiram palestras e entrevistas, voltadas contudo para a elite brasileira, pois os altos custos dos aparelhos de recepção impediam o acesso da maioria da população. Já na sua implantação, os pioneiros perceberam o potencial educativo de tal veículo de comunicação, mas perderam força para as rádios de cunho comercial.

O rádio foi o primeiro meio de comunicação a falar individualmente com as pessoas, cada ouvinte era tocado de forma particular por mensagens que eram recebidas simultaneamente por milhões de

pessoas. O novo meio de comunicação revolucionou a relação cotidiana com a notícia, imprimindo uma nova velocidade e significação aos acontecimentos. (CALABRE, 2004, p. 4).

O rádio possui características que o fazem proporcionar mais espaço para o diálogo com o receptor. Para receber inicialmente a mensagem, é preciso somente ouvir (lembrando que a audição é o único sentido que o ser humano não controla) o que está sendo transmitido, diferentemente do jornal e dos livros, que requerem a propriedade da leitura. Por esse fator, o rádio consegue atingir a grande maioria da população, incluindo analfabetos e alfabetizados. Vale ressaltar que o ouvinte ainda tem a possibilidade de executar várias tarefas enquanto está ouvindo o rádio – diferentemente da tevê e da internet, que requerem atenção total ou parcial do espectador. Outro aspecto é o custo: o rádio é barato, o baixo custo dos equipamentos de transmissão e de recepção permitem que mesmo nas regiões mais longínquas possa existir uma rádio, o que dá espaço para a regionalização das informações baseadas nas características locais.

Mais uma característica a ser ressaltada é a mobilidade do rádio, tanto no que se refere ao receptor quanto ao emissor. O emissor tem a possibilidade de estar no momento de acontecimento do fato com maior rapidez em virtude da facilidade de mobilização técnica. Até mesmo com um celular nas mãos é possível fazer uma entrevista e transmitir a voz do entrevistado para a estação de rádio. Já a mobilidade do receptor está relacionada a sua não ligação a fios e tomadas. Para ouvir o rádio, não é preciso estar ao lado do aparelho transmissor.

Amarante nos alerta que desde a década de 1920 até os dias atuais as rádios comerciais, com a intenção de ganharem novos mercados, vêm se popularizando (procurando uma linguagem mais popular). Em vez de se preocupar com uma programação educativa e cultural, optam pelo entretenimento e o conteúdo padronizado (AMARANTE, 2011). Segundo a autora, uma grande parte dos ouvintes depende exatamente dessa mídia comercial, pois não tem acesso a revistas, livros ou jornais.

Gisela Ortriwano levanta a questão da responsabilidade social dos “donos da mídia”, nove famílias que detêm o controle das comunicações no país:

A família Sirostsky (RBS) possui 14 emissoras de tevê e 21 de rádio; a família Abravanel (SBT – grupo Sílvio Santos), 9 emissoras de tevê; a família Câmara (Grupo Câmara) detém 7 concessões de tevê e 13 de rádio; a família Bloch (Grupo Manchete) detinha 5 concessões de tevê e 6 de rádio, agora nas mãos da Rede TV; a família Daou (TV Amazonas) é proprietária de 5 canais de tevê e 4 de rádio; a família Zahran (Grupo Zahran) conta com 4 canais de tevê e 2 de rádio; a família Jereissati (Grupo Verdes Mares), do Ceará, é proprietária de uma emissora de tevê e 5 de rádio; o Grupo Condomínio Associados, por sua vez, detém 3 concessões de tevê e 9 de rádio.³

Essas famílias manipulam a opinião pública a seu-bel prazer, deixando a população sem condições de ponderar a qualidade da programação comercial. Efetivamente, o que garantiria a democracia no ar seriam as rádios comunitárias, que funcionariam como o outro lado da balança – porém, até hoje os impasses referentes à sua legitimação impedem a consolidação de uma comunicação democrática entre as pessoas.

Qualquer veículo de comunicação pode contribuir para o desenvolvimento social e local da população. Entretanto, nesse aspecto as rádios comunitárias exercem papel privilegiado, baseado no comprometimento com o exercício dos direitos e deveres de cidadania (PERUZZO, 2005). A vitalidade de seus ideais e a capacidade de se recriar faz com que as rádios comunitárias proporcionem ricas experiências educativas, pois se relacionam com grande número de atores sociais, mostrando a viabilidade de uma comunicação dialógica e inclusiva que estabelece vínculos intrínsecos com a comunidade e as culturas locais.

Pensar a Rádio Comunitária na Lógica do Trabalho Imaterial

Com o progresso tecnológico, aconteceu também a transformação das relações de trabalho, que dependiam cada vez menos da quantidade de tempo dispensado. Agora importa o desenvolvimento do indivíduo como ser social:

Logo que o trabalho em forma imediata cessou de ser a grande fonte de riqueza, o tempo de trabalho

cessou e deve cessar de ser a sua medida, e portanto, o valor de troca deve cessar de ser a medida do valor de uso. (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 28).

Nesse contexto, o trabalho imediato deixa de ser a principal fonte de riqueza capitalista para se tornar coadjuvantes na relação trabalhista. Diante dessa metamorfose do trabalho, fica cada vez mais difícil distinguir entre o tempo produtivo e o tempo de lazer, a folga: “O valor encontra hoje sua fonte na inteligência e na imaginação. O saber do indivíduo conta mais que o tempo da máquina. O homem, carregando consigo seu próprio capital, carrega igualmente uma parte da empresa” (GORZ, 2005, p.16).

Ao se produzir nas atividades do dia a dia, na comunidade, nas atividades de lazer, no convívio com a família, ou seja, nas atividades fora do trabalho, o trabalhador desenvolve sua capacidade de criação e cooperação necessárias ao capitalismo cognitivo: “Não são os indivíduos que interiorizam a cultura da empresa, mais que isso, é a empresa que vai de agora em diante buscar no exterior, ou seja, no nível da vida cotidiana de cada um, as competências e as capacidades de que ela necessita” (GORZ, 2005, p. 19).

O entrave da economia do imaterial consiste em como não submeter os indivíduos a uma forma de “servidão voluntária” se a atividade de produção extrapola as fronteiras da vida pessoal. Os trabalhadores do imaterial assumem atividades cooperativas, lúdicas, esportivas e culturais a fim de recusarem a apropriação integral do capital sobre suas vidas. Segundo Gorz, investindo sua excelência em ações consideradas dignas,

[...] esse colaborador tenderá a demonstrar que vale mais do que realiza profissionalmente, e investirá sua dignidade no exercício gratuito, fora do trabalho, das suas capacidades: jornalistas que escrevem livros, gráficos do meio publicitário que criam obras de artes, programadores de computadores que demonstram suas habilidades como *hackers* e como desenvolvedores de programas livres, etc.: são muitas as maneiras de salvar sua honra e “sua alma”. Para subtrair uma parte de sua vida à aplicação integral no trabalho, os trabalhadores do imaterial dão às atividades lúdicas, esportivas, culturais e associativas, nas quais a produção de si é a própria finalidade, uma importância que enfim ultrapassa o trabalho. (GORZ, 2005, p. 23).

³ Dados fornecidos do site <www.donosdamidia.com.br>, relativos aos mandatos até 2009.

No cerne do trabalho imaterial não se constitui somente uma nova relação com o trabalho mas também novas relações de poder e novos processos de subjetivação. Nessa reformulação das relações de poder, que antes se fundamentavam nas relações com o trabalho, as atenções se voltam para a comunicação, seja no controle dos meios de comunicação e/ou pela liberação. O fato é que a comunicação se tornou peça-chave no trabalho imaterial, seja de perpetuação do capitalismo cognitivo, seja como válvula de escape, linha de fuga do próprio capitalismo. Logo, diferentemente das revoltas trabalhistas do século anterior, hoje a revolução se manifesta como potência autônoma e constitutiva dos sujeitos:

O tornar-se revolucionário dos sujeitos é o antagonismo constitutivo da comunicação contra a dimensão controlada da própria comunicação, isto é, que libera as máquinas de subjetivação de que o real é hoje constituído. A revolta contra o controle e a reapropriação da máquina da comunicação são operações necessárias, mas não são suficientes: se a revolta e a reapropriação não se encarnam em um processo de liberação da subjetividade que se forma no interior próprio das máquinas de comunicação, elas não farão mais que “repropor” sob novas vestes as velhas formas do Estado. A unidade do político, do econômico e do social é determinada na comunicação: é no interior desta unidade, pensada e vivida, que os processos revolucionários podem hoje ser conceituados e ativados. (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 28).

É importante salientar que as inovações tecnológicas e o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação possibilitaram novas formas de interação social, novas relações que aos olhos mais descrentes anunciam o esvaziamento das relações sociais (sem, é claro, negar as características massificadoras e homogeneizantes de tais ferramentas). Contudo elas mesmas permitem novos agenciamentos. Um exemplo recente foi todo o movimento reivindicatório de renúncia do presidente do Egito, que começou nas redes sociais e mobilizou o país e o mundo, tendo como desfecho a renúncia do presidente, isto é, o que Negri intitulou a “potência de vida da multidão”.

Sem querer negar as características massificadoras e homogeneizadoras dos veículos de comunicação, que continuam trabalhando em prol do

capitalismo, mas demonstrar como o próprio poder escapa, ou seja, foge para todos os lados, por mais que a realidade se apresente massificada, as linhas de fuga existem não como algo que vem de fora da homogeneização.

Na atualidade, vivemos uma mutação nas formas de trabalho. O trabalho de produção material mensurável por quantidade e tempo está sendo substituído por um tipo de trabalho que não se pode mensurar, constituído social e autonomamente ao mesmo tempo. O saber que importa é constituído na prática e na experiência adquirida no convívio social, o que se valoriza é a capacidade de lidar com imprevistos, identificar e resolver problemas, isto é, qualidades expressivas e imaginativas impossíveis de quantificar, daí o nome *trabalho imaterial*. Portanto, qualidade e quantidade de trabalho são reorganizadas em torno de sua imaterialidade. Sendo assim, o trabalhador deve se doar por inteiro, ou seja, ele tem que se produzir como sujeito para assumi-lo. Conclui-se então que a forma de trabalho imaterial é constituída no social de maneira autônoma, capaz de organizar o próprio trabalho e as relações com ele (dentro e fora da empresa).

Essa transição se deve aos movimentos pós-1968, por meio das lutas sociais que se opuseram ao capitalismo e consolidaram direitos, ganhando a partir daí espaços de autonomia. Com a subordinação desses novos espaços de autonomia e organização pelas indústrias passou-se a validar (não mudando necessariamente a condição dos trabalhadores). Sabidamente o capitalismo se apropriou e incorporou as reivindicações trabalhistas até então subversivas a nova modalidade do trabalho. Com a reorganização do trabalho que até 1968 se encontrava desfavorável ao empresariado, o capitalismo se apropria da crítica a si mesmo e passa a apoiar as reivindicações por autonomia. Como resultado, sai da crise e se reconfigura, ganhando força por meio de uma nova forma liberada e libertária de fazer lucro que inclui a realização pessoal, a livre associação etc.: “O capitalismo mercantilizou o desejo, sobretudo o desejo de liberação, e assim o recuperou e o enquadrou” (GUATTARI, 1990). As reivindicações não se estruturam mais com base nas relações capitalistas, mas na ruptura com elas; não mais sob a figura do trabalho, mas do não trabalho. O campo de luta hoje consiste nos processos autônomos de produção de subjetividade. O que

aconteceu de fato foi um deslocamento do eixo principal do capitalismo pós-fordista. Nessa nova configuração do trabalho, a criação de valor se dá por sua socialização, sendo seu principal instrumento o cérebro e as capacidades de mobilização subjetiva dos trabalhadores. Se este tipo de trabalho necessita das capacidades inventivas, criativas e inovadoras, é justamente no imaterial que se encontra a grande possibilidade de resistência. Por isso Negri (2003) afirma que a “revolução”, nos dias atuais, deve se dar por dentro do capitalismo, e por meio dele, por seus elementos constituintes, que são o poder de criação.

Os novos processos produtivos se baseiam no tratamento da informação. O consumo de informação impulsiona a produção industrial formando e transformando as necessidades, o imaginário e o gosto do consumidor. Nesse âmbito, os meios de comunicação tornam-se veículos de produção de valor (produção de subjetividades), porém hoje os consumidores, segundo Negri (2003), não são mais o objeto de consumo e sim sujeitos que participam da constituição do produto por meio da sua participação nos processos de comunicação. Seguindo essa lógica, as várias ferramentas de comunicação estruturam as bases do desenvolvimento dessa nova relação.

É o dito *trabalho imaterial* que inova continuamente as formas e as condições da comunicação entre rádio e ouvinte, dando forma e materializando as necessidades, o imaginário e os gostos da comunidade local (LAZZARATO, 2001). O rádio produz acima de tudo uma relação social e no cerne dessa relação está a produção de subjetividade alternativa, pois no âmbito das rádios comunitárias a produção de subjetividade foge à lógica das mídias de massa, tornado-se produtora de novos agenciamentos.

O projeto Agente Jovem

O projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano foi proposto pela Secretaria de Estado de Assistência Social, pautado pela Emenda Constitucional 20, buscando assegurar a efetiva participação do jovem na sociedade como protagonista no seu desenvolvimento pessoal, bem como do seu meio, possibilitando o exercício pleno da cidadania. Implantado no governo Fernando Henrique, o projeto foi instituído pela Portaria 879, de 3 de dezembro

de 2001, consistindo em uma proposta de ocupação para os jovens de 15 a 17 em situação de risco e vulnerabilidade social e/ou pertencentes a famílias com renda *per capita* até meio salário mínimo, possibilitando a permanência desses jovens no sistema educacional e preparando sua inserção no mundo do trabalho. Os objetivos específicos do projeto eram criar condições para inserção, permanência ou reinserção do jovem na escola; prepará-lo para atuar como agente de transformação e desenvolvimento de sua comunidade visando a diminuir os índices de violência, o consumo de drogas, a gravidez precoce, as doenças sexualmente transmissíveis (DST/aids); bem como desenvolver ações que viabilizassem o protagonismo juvenil. Os princípios teóricos do projeto eram pautados na centralidade na família e no protagonismo juvenil, por isso suas ações buscavam sempre envolver a família dos adolescentes, fortalecendo os vínculos entre os adolescentes e seus familiares e os vínculos com sua comunidade para a inclusão na vida sociocomunitária.

A seleção dos jovens era feita por chamada pública, por meio de veículos de comunicação local e/ou fixação de editais de abertura nas escolas locais. Como em alguns casos o número de vagas era menor do que o necessário, o projeto priorizava a inserção de jovens que estivessem fora do sistema de ensino; que viessem de outros programas sociais como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), que cometeram atos infracionais e estivessem assistidos por medidas socioeducativas (egressos ou em liberdade assistida) ou sob medida protetiva (art. 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente), oriundos de programas de atendimento a situações de exploração sexual. Na ocasião da sua implantação, o cadastro dos jovens era realizado em conformidade com o Decreto 3.877, de 24 de julho de 2001, que instituiu o cadastramento único para programas sociais. O Cadastro Único, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), deve ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do governo federal, como o Bolsa Família, Agente Jovem e Peti. Suas informações também podem ser utilizadas pelos governos estaduais e municipais para obter o diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas, possibilitando a análise das suas principais necessidades.

O jovem permanecia no projeto por um ano, podendo, em casos de excepcionais em que houvesse risco social e a pedido do Conselho Tutelar e/ou do Conselho de Assistência Social do Município, prorrogar a permanência por mais dois anos. Porém, era obrigatório o desligamento dos jovens ao completarem 18 anos, mesmo aqueles que se encontrassem em risco social. Durante a permanência no projeto, o jovem recebia uma bolsa mensal de R\$ 65,00, desde que tivesse a frequência mínima de 75% nas atividades práticas e na capacitação teórica - no caso contrário, o dinheiro voltaria para o Ministério do Desenvolvimento Social.

O projeto Agente Jovem era financiado pelo governo federal, pelo governo do estado e pelo município, podendo ser financiado também pela iniciativa privada, em regime de parceria, de modo a estimular a responsabilidade social da iniciativa privada. Cabia ao município o repasse dessa bolsa, assim como a distribuição de material didático, lanche, uniforme (camiseta) do projeto. Também ficava a cargo das três esferas do governo o monitoramento e a avaliação do projeto por meio de visitas (de técnicos federais, estaduais e municipais), pela manutenção e coleta dos dados das famílias inseridas no projeto, de maneira sistematizada, em um banco de dados dos resultados atingidos, e reuniões de avaliação mensal com a participação dos jovens, seus familiares e gestores locais.

A metodologia utilizada pelo programa se baseia em dois núcleos, básico e específico, que se complementam e seguem as Diretrizes Curriculares do Ensino Médio, que também tem uma base comum para todo o país e uma parte diversificada. O núcleo básico aborda temas que estimulam o protagonismo juvenil, a autoestima do jovem e a construção de um projeto de vida. No núcleo específico, são trabalhadas as temáticas relativas aos temas transversais (cidadania, saúde e meio ambiente) de modo a estimular o jovem à transformação da sua realidade por meio de ações comunitária nas áreas de saúde, meio ambiente e cidadania. Tal metodologia comporta não apenas a capacitação teórica (no mínimo, 300 horas-aula) mas também atividades práticas na comunidade. Esta atuação requer planejamento e acompanhamento do coordenador do projeto, do gestor local e do jovem. O momento da atuação do jovem na comunidade constitui uma ação planejada entre a equipe

técnica do gestor local e o jovem, em consonância com a capacitação teórica. Tal atuação faz parte do processo de aprendizagem e deve ser acompanhada pelo coordenador do projeto. A atuação do jovem deverá ser articulada com atividades de cultura, esporte e lazer, buscando talentos existentes no grupo, tornando mais estimulantes e atraentes as atividades comunitárias. As aulas teóricas eram ministradas por uma pessoa, preferencialmente da comunidade local, que tivesse experiência na execução e promoção de atividades sociais e capacitação técnica na área das ciências humanas. Este profissional seria o instrutor do polo e permaneceria por seis meses como responsável pelas 300 horas-aula. Ao longo do ano, quem acompanhava os jovens era o orientador social, que não precisava de capacitação técnica, mas precisava ser membro da comunidade local e estar envolvido em atividades de cunho social. Este profissional era responsável pelas atividades práticas do polo e recebia uma bolsa de R\$ 200,00 mensais.

Em suma o projeto se constitui de ações que visam à

[...] preparação do jovem para atuar intergerencialmente e evoluir para o desenvolvimento pessoal e comunitário, com base em dois eixos. O primeiro eixo trabalha com a perspectiva de que o jovem possa ser reintegrado à sociedade, resgatando vínculos familiares e que adquira ferramentas que possibilitem a definição de um novo projeto de vida, reinserindo-o no sistema educacional e propiciando atividades que facilitem a sua inserção no mercado de trabalho. O segundo voltado para o conceito de protagonismo juvenil onde os jovens receberão para isso, preparação adequada para atuarem em suas comunidades ao apoio às áreas de saúde, meio ambiente e cidadania [...] O público-alvo [...] é o jovem carente de 15, 16 e 17 anos, em situação de risco social. (MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2000, p. 6).

O agente jovem e a nova roupagem o Projovem adolescente

O Projovem (Programa Nacional de Jovens) teve início em 2005. Foi criado pela Secretaria Nacional de Juventude, que integrava a Secretaria Geral da Presidência da República, e o Conselho Nacional da Juventude. O programa, criado no mandato do

presidente Luiz Inácio Lula da Silva, visava a atender a uma dimensão da Política Nacional de Juventude, a da inclusão de jovens dos 15 aos 29 anos, sem o ensino fundamental completo, desde que tivessem cursado pelo menos até a quarta série (atualmente quinto ano). Almejava atender aos 4,5 milhões (dados da época) jovens brasileiros fora da escola, do mercado de trabalho e sem direito a vida digna e cidadã.

Como o objetivo do governo era integrar as políticas públicas em prol da juventude, foi realizada a junção dos seis programas que atendiam essa parcela da população: o Projovem, o Agente Jovem (ligado ao renomeado Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome), Saberes da Terra e Escola de Fábrica (Ministério da Educação), Juventude Cidadã e Consórcio Social da Juventude (Ministério do Trabalho e Emprego). O Projovem Integrado entrou em vigor em 2008, passando a atuar com as modalidades Projovem Urbano (o antigo Projovem original, executado pela Secretaria Nacional de Juventude), Projovem Campo (Ministério da Educação), Projovem Adolescente (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) e Projovem Trabalhador (Ministério do Trabalho e Emprego).

O Projovem Adolescente, nova roupagem do Agente Jovem, continua então a ser executado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e integra a Política Nacional de Inclusão de Jovens e Adultos, como modalidade única, exclusivamente destinada à faixa da juventude compreendida entre os 15 e 17 anos. O ciclo completo de duração agora previa 24 meses e a carga horária total era de 1.200 horas, resguardada a oferta de 12,5 horas semanais de atividades. A seleção, o pagamento da bolsa-auxílio (modificada para R\$ 100,00), o controle de frequência, bem como o desligamento do adolescente passou a ser feito por meio do Sistema de Monitoramento Suas-WEB. A coordenação e o planejamento das ações seriam desenvolvidos pelos Centro de Referência de Assistência Social (Cras). O objetivo geral do programa era complementar a proteção social básica à família. Todavia, os eixos temáticos da ação socioeducativa do programa Projovem Adolescente eram semelhantes aos do Agente Jovem, sobre os quais se articulavam os conteúdos e atividades em torno de participação cidadã, convivência social e mundo do trabalho:

Projovem Adolescente, que objetiva complementar a proteção social básica à família, oferecendo mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária e criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional. Consiste na reestruturação do programa Agente Jovem e destina-se a jovens de 15 a 17 anos. (PROJETO PEDAGÓGICO INTEGRADO DO PROJOMEM URBANO).

A rádio juventude

A Rádio Juventude foi fundada em 6 de junho de 1999, por um grupo de amigos amantes de radiodifusão, no bairro de Saracuruna. Dentre eles, Luiz Henrique Salles e Emerson Viana, idealizadores da rádio. Começou em uma lojinha atrás da Ampla, a companhia responsável pelo abastecimento de energia elétrica. Por causa de uma briga entre amigos o dono do estabelecimento, José de Oliveira, fechou a loja com todos os equipamentos dentro e se recusou a devolvê-los. Por causa desse incidente, a rádio ficou três meses sem funcionar, conseguindo-se depois a compra um novo transmissor por meio de doações de parceiros da comunidade e, posteriormente, o aluguel de um apartamento em um prédio. Mas chegou uma hora em que a rádio recebia tantas visitas que acabou incomodando os vizinhos, resultando em uma nova mudança. Como outras rádios comunitárias, a Rádio Juventude fez o processo contrário: primeiro foi criada a rádio para depois ser fundada a Associação Cultural de Assistência de Saracuruna (Acasos) com a finalidade de conseguir a outorga para legalização. Foi para o ar e ali permaneceu por nove anos, com duas interrupções abruptas. Segundo depoimento do senhor Luiz, em Xerém existe uma rádio, a Serra Verde, cujo presidente, Reinaldo, fez todo o processo de legalização junto com o da Rádio Juventude. A Rádio Serra Verde conseguiu, mas a Rádio Juventude até hoje espera sua legalização.

De acordo com o Ministério das Telecomunicações, a Rádio Juventude não conseguiu outorga para funcionamento porque já existia uma rádio comunitária, pertencente à Associação Cultural dos Amigos de Saracuruna (Ativa), na região. Essa rádio que conseguiu a outorga foi apadrinhada por um deputado federal na época, Doutor Heleno, do PSDB, o partido do presidente Fernando Henrique

Cardoso. A rádio outorgada burlou todo o processo de legalização, conseguindo sua outorga por decreto. O detalhe é que nunca houve uma visita da Anatel à referida rádio, enquanto a Rádio Juventude, que possuía toda a documentação para legalização, já teve duas visitas da Anatel, ambas com o fechamento da rádio. Na primeira visita, os equipamentos foram lacrados. Na segunda, os equipamentos foram levados e a rádio, fechada:

[...] o mecanismo de concessão não é – nunca foi – um expediente técnico apenas; ele é um sistema de controle das emissoras pelo poder de Estado. A sua simples existência já é uma forma de censura, pois sua função é discriminar os que estão autorizados a falar e os que estão condenados a ouvir. (MACHADO; MAGRI; MASAGÃO, 1986).

[...] ilegal é diferente de não estar legalizado. Nós não somos uma rádio pirata, nós estamos piratas porque o Ministério das Comunicações não quer nos legalizar. Eu não tenho culpa se o ministério não investigou se havia outro pedido e deu a autorização para uma outra rádio. E ainda me enviou uma carta pedindo toda documentação que já enviei faz tempo. (LUIZ HENRIQUE SALLES, em depoimento ao delegado da Polícia Federal).

De acordo com o Manual do Ministério das Comunicações:

Se em determinada área de execução de serviço apenas uma entidade atender aos requisitos exigidos na legislação, apenas esta será considerada habilitada a continuar participando dos procedimentos necessários à autorização para a execução do serviço. Se, na mesma área de execução do serviço, mais de uma entidade atender aos requisitos exigidos na legislação, todas serão consideradas habilitadas. Neste caso, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica promoverá o entendimento entre elas objetivando que associem. (BRASIL, 2000).

No dia seguinte ao fechamento, aconteceu o seminário Rádio Comunitária: Uma Nova Comunicação, um Novo Brasil/Lei 9.612 - 10 anos: Um Balanço uma Reflexão, Novos Caminhos. Este encontro foi promovido pela ONG Viva Rio e aconteceu na sua sede, na rua do Russell, 76, Glória. Participaram a deputada federal Cida Diogo (PT-RJ), o secretário estadual de Comunicações, Ricardo Costa, o secretário estadual de Meio Ambiente, Carlos Minc, e a coordenadora do Departamento de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, Alexandra Costa

(responsável pelas autorizações de funcionamento), representantes da Anatel e representantes das rádios filiadas à ONG Viva Rio (aproximadamente 220 rádios na época). Ao longo do evento, Luiz Henrique Salles pediu a palavra a Tião Santos, mediador da mesa. Salles, diretor-presidente da Rádio Juventude, movido pela revolta do dia anterior, indagou à plateia: “Este é o sexto seminário de rádios comunitárias e eu quero que alguém me diga qual das rádio presentes neste evento foi outorgada pelo Ministério das Comunicações.” Pouquíssimas foram as rádio que se manifestaram. A representante do Ministério das Comunicações, Alexandra Costa, de maneira bem delicada, afirmou que Luiz Henrique estava equivocado, pois em Duque de Caxias os processos de autorização estavam andando e citou o exemplo de duas rádios que já haviam sido autorizadas, a Rádio Ativa (referida acima) e a Rádio Trans 2000. Em resposta, o representante da Rádio Juventude afirmou que:

A Rádio Ativa já está fechada há mais de cinco anos, pois não conseguiu se manter no ar e por causa dela que não autorizam (segundo resposta dada pelo Ministério da Comunicações) a Rádio Juventude. Já a Rádio Trans 2000, essa sim recebeu a outorga! Porque é ligada ao Sepe e o presidente da rádio, Ricardo, é filiado (candidato) ao PT. (Resposta pronunciada no evento Rádio Comunitária: Uma Nova Comunicação, 2008).

A primeira pesquisa oficial no Brasil sobre audiência em rádio comunitária foi feita pela ONG Viva Rio e o Instituto Superior de Estudos da Religião (Iser), que constatou que a audiência das rádios comunitárias representava 30% da audiência de rádio no Brasil. De acordo com Tião Santos (2002), esse trabalho de pesquisa foi realizado em 36 comunidades (favelas e periferia) do Rio de Janeiro. Tal pesquisa comprovou também que dentre as rádios FM, AM e oficiais, a audiência das rádios comunitárias representa 1/3.

O projeto Agente Jovem na Rádio Juventude

O Polo de Saracuruna funcionava de segunda a quinta, das 14 às 17 horas, sendo que às sextas-feiras não havia atividade, pois a orientadora social, assim como todas as orientadoras do município, participava de reuniões com a coordenação

na Secretaria Municipal de Assistência Social, para troca de experiências e o planejamento conjunto das atividades semanais.

A orientadora do polo dava início às atividades semanais com um texto para reflexão ou uma música, desde que fosse prazerosa e trouxesse uma mensagem interessante para o trabalho do grupo. A partir daí, iniciava-se a discussão sobre algum tema. Quem orientava os adolescentes com o manuseio dos equipamentos sonoros era Luizinho (diretor-presidente da rádio), carinhosamente apelidado pelo grupo. A programação da rádio com a participação dos adolescentes durava uma hora de 16 às 17h, o único momento disponível na programação.

A rotina dos alunos do pólo era chegar à rádio por volta de 14h. As aulas teóricas eram realizadas em uma sala pequena dentro da própria rádio, com carteiras estilo universitário doadas por colaboradores. Geralmente, havia um intervalo com cerca de 15 minutos até a orientadora começar as atividades. Ela classificava esse momento como *momento da fofoca*, dedicado a troca de informações, algum fato interessante que ocorreu no dia anterior, falar sobre os sentimentos com os amigos, quem ficou com quem, momento para ficar antenado no que acontece, que não deixa de ser importante, até para aumentar os vínculos na turma. Após o momento fofoca, era a hora de falar sério. Como a proposta pedagógica do projeto Agente Jovem era a execução dos temas por módulos, o assunto a ser discutido e trabalhado levaria em consideração o módulo no qual o polo estivesse.

São três os módulos estruturantes da proposta pedagógica do Agente Jovem: cidadania, saúde e meio ambiente, que deveriam ser executados por dois meses cada um.

O primeiro módulo a ser trabalhado sempre era o da cidadania e dava início às atividades anuais, levantando as perspectivas, os sonhos e projetos de vida dos adolescentes, de modo a diagnosticar e trabalhar a sua autoestima. Neste módulo, as atividades dos adolescentes na programação da rádio eram mais intensas. Aproveitavam-se os ganchos dos programas que denunciavam abusos na comunidade e tratavam das questões relacionadas à cidadania. Os jovens colhiam depoimentos e informações de conhecidos, parentes e amigos a respeito do que achavam, se já haviam passado por tal situação etc. Ou seja, eram sujeitos ativos no processo de reconhecimento

e aquisição de cidadania. Durante esse período, foi ministrada por Luiz Henrique uma oficina de locução para que os adolescentes tivessem noções de impositação de voz e algumas técnicas de locução. Ao final de cada módulo, era preciso organizar uma atividade de culminância. A atividade escolhida pelo polo Saracuruna foi realizar uma campanha de doação de alimentos.

Por volta de março de 2007, teve início o módulo saúde, que, excluindo a atividade de culminância, foi o mais expositivo do polo, segundo a orientadora Kátia. Praticamente todos os temas foram explanados pela orientadora nos moldes “sala de aula” (educação formal), contrariamente ao módulo cidadania, em que por diversas vezes os alunos foram a campo (saíram pelas ruas do bairro para colher informação e levantar questões). Entretanto, o projeto não deixou de ter seu espaço na programação da rádio, de dar dicas e toques sobre as doenças ou mesmo mandar seus recados. Ao relatar o ocorrido no módulo, a orientadora demonstra um descontentamento com relação à quantidade de informações que teria que repassar para os alunos. O módulo saúde era extenso e, por determinação da coordenação do projeto, ainda teria que ser realizada uma pesquisa junto ao posto de saúde da região para identificar quais as doenças com maior incidência no bairro - pesquisa esta que não teve tempo de ser realizada:

Penso que o mais importante não ocorreu, que seria o contato dos adolescentes com os problemas relacionados ao atendimento no posto de saúde, verificação das doenças mais frequentes e principalmente o que está causando estas doenças, a fim de buscar alternativas pra modificar isso. Quer dizer, atuar realmente, como manda a proposta, mas parece que isso não importa. (Kátia Oliveira, orientadora social do Polo Saracuruna).

Relato de aluna sobre os temas desenvolvidos no módulo saúde:

A professora é legal, mas é muito chato esses assuntos. Eu sei que é importante, mas já vi isso tudo na escola, fica cansativo. A gente podia fazer outras atividades. (Fabiana, 15 anos, aluna do projeto Agente Jovem, Polo Saracuruna).

A própria coordenação do projeto reconheceu que o conteúdo programado para este módulo foi muito extenso, atrapalhando sua execução na prática

em todos os polos do município de Duque de Caxias. Os temas do módulo saúde foram DST, aids, gravidez na adolescência, dengue, doenças de pele, verminoses, diabetes, hipertensão, a importância de hábitos de higiene e de uma alimentação equilibrada. A culminância deste módulo foi a elaboração de uma campanha, via rádio, de prevenção da dengue. Os jovens convocaram os moradores para uma caminhada de conscientização para eliminar o foco do mosquito. Os alunos prepararam os cartazes (de cartolina, o único material que a Secretaria de Assistência Social providenciava), fizeram uma vinheta na rádio convocando a comunidade para o evento. Lamentavelmente, relembra Kátia, não compareceram muitas pessoas. Cerca de 35, contando com os 25 adolescentes do polo. Mas não importava, o significativo era a satisfação de estar colocando ideias em prática:

No começo, eu fiquei com muita vergonha, mas depois comecei a zoar e levei na brincadeira. Foi divertido, a gente cantava e batia lata feito doidos pra chamar a atenção, mas foi por uma boa causa. Eu já tive dengue e não quero ter de novo, é horrível, parece até que a gente vai morrer. (Lilian, aluna).

O cartaz ficou *show*, mas seria melhor uma faixa bem grande, só que ficava muito caro. Eles lá não mandam nada pra gente. (Kátia, orientadora social).

O último módulo, o do meio ambiente, acabou sendo o mais polêmico, pois por coincidência aconteceu após uma mobilização realizada pela Rádio Juventude alertando a população da implantação da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos (CTRS) e os agentes jovens embarcaram nessa causa.

As aulas não tinham um rigor didático, a explanação dos temas fluía de maneira bem espontânea e divertida, quase sempre fazendo ligações com outras questões. Os encontros eram delimitados pelo extrapolar do tempo. Na opinião dos alunos, as aulas eram interessantes porque a orientadora era muito engraçada:

A Kátia é muito engraçada. Ela faz piada com tudo. Nunca vejo ela triste, sempre de bem com a vida. Por isso é que vir para o polo é legal. Lá em casa, minha vó esta sempre de mau humor. (Fabiana, aluna do polo).

Apesar do bom andamento do polo, comparado aos demais, nota-se que não havia faziam muitas atividades esportivas, limitadas a dois encontros

durante o ano. Um deles foi marcado pela orientadora social, um jogo de futebol de que participaram somente os rapazes, as meninas ficando apenas como espectadoras (na torcida organizada). O jogo foi realizado na quadra da praça do Rosário, em uma quinta-feira, com a divisão em dois times, ambos com seis jogadores. Como não havia uniforme esportivo, os times foram divididos em jogadores de camiseta branca e jogadores com a camisa do Flamengo. Repetindo as palavras da orientadora do polo, pode-se dizer que eles não são bons em se movimentar (são preguiçosos), mas têm a língua bem afiada, são bons de boca (no duplo sentido, referindo-se a falar bastante e comer muito):

Participando do processo de fazer rádio, jornal ou qualquer outra modalidade de comunicação comunitária, as pessoas vivenciam um processo educativo que contribui para a sua formação enquanto cidadãos. Passam a compreender melhor a realidade e o mundo que as cercam. Aprendem também a trabalhar em grupo e a respeitar as opiniões dos outros, aumentam seus conhecimentos técnicos, filosóficos, históricos e legais, ampliam a consciência de seus direitos. Desenvolvem a capacidade de expressão verbal, além de conhecerem o poder mobilizatório e de projeção que a mídia possui, em geral simbolizado no atendimento a reivindicações e ao reconhecimento público pelo trabalho de locutores. Aprendem ainda a entender os mecanismos de funcionamento de um meio de comunicação – desde suas técnicas e linguagens, até os mecanismos de manipulação a que estão sempre sujeitos. De posse desse conhecimento, formulam espírito crítico capaz de compreender melhor a lógica da grande mídia. A melhor forma de entender a mídia é fazer mídia. (PERUZZO, 2004, p. 33).

Os adolescentes no estúdio

Assim que se iniciaram as atividades no estúdio, a participação dos adolescentes era tímida. Ficavam com medo de falar alguma besteira, receosos de falar algo errado, de serem criticados ou recriminados por suas ideias. Afinal, não é costume ouvir e/ou dar importância ao que os adolescentes têm a dizer. Nossa sociedade às vezes classifica o jovem como desinteressado, alguém que precisa se ocupar para não fazer besteira (pelo menos os das classes populares):

Verifica-se, também, uma certa instabilidade nas correntes que ora conferem atributos positivos aos jovens, como por exemplo, a responsabilidade pelas mudanças sociais ou a possibilidade da moratória, e ora destacam aspectos negativos, ao considerá-los como “problemas”, como irresponsáveis ou desinteressados. E mais, ora são considerados como verdadeiros “problemas sociais”. (PAIS, 1993; SPOSITO, 2003).

No princípio, a participação se limitava a responder o mais rápido possível às perguntas feitas pelo locutor. Na segunda semana na rádio, conta-nos a orientadora, foi uma surpresa até mesmo para ela, a história mudou, um queria falar mais que o outro, foi necessário delimitar um tempo para as respostas, ou se engatava em outro assunto e já era, acabou o programa. A partir dessa repercussão positiva, surgiu a ideia de montar as oficinas de locução e transmissão para que os jovens pudessem aprender a manusear os equipamentos com alguma técnica, bem como fossem preparados para trabalhar com rádio.

Os alunos que participavam do projeto se reuniam na rádio diariamente, por um período de três horas em que preparavam a programação, e a apresentavam durante uma hora. Nesses encontros, as trocas possibilitavam iniciativas coletivas e individuais sobre as temáticas escolhidas, bem como a produção e o planejamento de outras atividades: produção de vinhetas, mixagem de músicas e ou outras ideias que pudessem surgir. A cada semana, um dos participantes ficava encarregado de pesquisar temáticas pertinentes à comunidade local. Toda a programação era resultante dos imprevistos e improvisos no seu fazer, bem como do anseio daqueles jovens em se comunicar e produzir outros sentidos, fazendo-se ouvir e ouvindo. O respeito ao singular por meio da coletividade era a potência transformadora do projeto.

Antes de o programa ir ao ar, as conversas para a sua preparação eram múltiplas e variadas.

Ao vislumbrarmos tais produções, vemos o resultado de agenciamentos coletivos: os locutores expressam seus gostos e desgostos, guiados por desejo e paixões singulares, ou seja, intervenções avessas às concepções dominantes.

O programa Agente Jovem, na Rádio Comunitária Saracuruna, é distinto dos programas comerciais e até mesmo de programas educativos em rádios escolares. Entre as diferenças observa-se como se

constrói a pauta da programação. O programa escolhe seus assuntos em meio às trocas de vivências atuais e/ou passadas dos adolescentes. Também é diferente o modo como essa temática é apresentada: uma hora e meia antes de o programa ir ao ar, as temáticas surgem das conversas, de fatos vivenciados na comunidade. Assim, esses encontros são marcados pelo emaranhado de ideias, sonhos, desejos e decepções dos adolescentes. Um exemplo do que era discutido nessas reuniões é o relato dos alunos ao conversarem sobre seus sonhos para o futuro:

Quero ser jogador de futebol, pegar muita mulher e frequentar boates famosas, vida de miliário. (Wenderson, 17 anos)

Queria ser aeromoça e poder viajar para vários países, conhecer vários lugares bonitos. (Fabiana, 15 anos)

Mas o que vocês estão fazendo para alcançar o seus objetivos? (Kátia, orientadora do Polo Saracuruna, 37 anos)

Eu não estudo muito porque não precisa, é só assistir às aulas e eu tiro 6 pra passar... Pra que tirar 10? (Claudia, 15 anos)

Eu gostaria de ser professora, mas paga muito mal, então quero ser advogada. (Lilian, 16 anos)

Professor no Brasil não é valorizado, por isso a educação não vai pra frente e a gente acaba não conseguindo fazer faculdade. (Lucas, 17 anos)

Meu primo trabalhava de dia para pagar a faculdade de educação física à noite, porque ele não passou para uma faculdade pública. (Aline, 16 anos)

O assunto partiu de uma perspectiva de desejos para o cunho político. Assim, um programa inicialmente pensado em desdobrar a temática dos sonhos de vida perpassou temas como dinheiro, relacionamentos, trabalho, política.

A importância da comunicação comunitária enquanto meio facilitador do exercício dos direitos e deveres de cidadania é inegável, afirma Cicília Peruzzo. Participando desse processo de fazer rádio comunitária, os adolescentes ampliam a consciência de seus direitos e constroem uma consciência crítica de sua realidade e das possibilidades de mudança. À medida que desempenham as funções de ora locutor, ora redator, operando a mesa de som, criando pautas

para a programação, como repórteres na comunidade e participando das decisões, os adolescentes do projeto desenvolvem sua criatividade, a capacidade de se expressar, e percebem-se sujeitos ativos na sua formação enquanto cidadãos.

Considerações finais

Ao se falar em educação, ao longo do trabalho percebe-se a necessidade de mudança com relação ao que é oferecido. Sobretudo nas escolas públicas, a metodologia de ensino escolar se tornou obsoleta e não vem ao encontro dos ideais da sociedade informatizada, que exige dinamismo e autonomia. Dentre as muitas medidas paliativas que se tem feito, encontramos projetos voltados sobretudo para a população de baixa renda, e dentre eles o projeto Agente Jovem, que se caracteriza por ser uma forma de compensar os jovens pobres dos atrasos a eles atribuídos, de modo que possam permanecer no sistema escolar e participar da vida cidadã. O fato é que tal proposta não inova em nada os moldes de educação “sala de aula” (ou bancária). Tais projetos intitulam esses adolescentes de *carentes* quando na verdade (peço licença para utilizar uma expressão do professor Mauro em suas aulas) esses jovens são “querentes”, querem mais espaço pra se comunicar, mais oportunidades, mais atenção, querem mostrar seu potencial etc. Durante a pesquisa, constatamos que os adolescentes do projeto tem um imenso potencial cooperativo, criativo e crítico. Pudemos observar também como a singularidade, como um devir da educação, tende a aumentar a criatividade dos jovens. Em nossa pesquisa, demonstramos como micropolíticas diárias, no âmbito da sala de aula (polo), podem contribuir para a produção de subjetividades alternativas, ou seja, fora do senso comum, usando o conceito de *linhas de fuga* e inventando novas práticas.

Por meio de um breve resumo histórico, este trabalho se propôs a demonstrar como, ao longo dos séculos, o capitalismo sempre buscou maneiras de se reinventar, seja na passagem da sociedade disciplinar para sociedade de controle, ou se apropriando do trabalho imaterial. Enfim, com este potencial mutante, pela lógica do enfrentamento direto fica cada vez mais difícil combater o capitalismo sem que ele se reinvente. Mas sempre há as brechas, lá onde a máquina emperra (segundo Guatarri), e podemos

reinventar práticas como a executadas pelo projeto Agente Jovem na Rádio Juventude, que possibilitou novos agenciamentos entre os adolescentes pesquisados. A proposta deste estudo não foi combater a proposta pedagógica governamental, o enfrentamento se deu dentro dela, utilizando as vias de escape e possibilitando práticas educacionais alternativas no âmbito do polo.

Por que uma rádio comunitária? Ao presenciarmos a relação social da comunidade com a Rádio Juventude, pudemos observar o papel privilegiado que este veículo de comunicação tem na comunidade de Saracuruna. Por isso não foi difícil entender o porquê de todos os problemas enfrentados por ela e tantas outras no Brasil para regularização de seu funcionamento. Repetindo as palavras de Cícilia Peruzzo, a vitalidade desse veículo é a capacidade de se recriar, fazendo com que o rádio produza, com a comunidade, comunicação e valiosas experiências educativas. Tal fato foi constatado ao longo das nossas visitas à Rádio Juventude, observando a interação da comunidade e de que forma uma era a voz da outra, bem como a falta que a rádio faz atualmente (após seu fechamento) para os moradores de Saracuruna. No que pudemos constatar, a Rádio Juventude possuía uma programação voltada para o interesse social e ao fortalecimento das relações sociais locais, o que possibilitou a realização de necessidades, algo que não conseguiriam em outros veículos de comunicação.

Nossos estudos revelaram que a realização do projeto Agente Jovem na Rádio Juventude possibilitou a produção de novos agenciamentos, lembrando ainda a importância dos meios de comunicação na produção de valores (subjetividades), hoje centrada não mais no objeto de consumo (bem material) e sim nos sujeitos e na sua participação nos processos de comunicação (imaterial). Dentro dessa lógica, as rádios comunitárias representam uma potência que viabiliza processos de cooperação e enfrentamento na medida em que dá à comunidade de Saracuruna mais poder ao dar a “oportunidade de falar a todos aqueles sem voz”. Aos jovens do projeto foi dada a oportunidade de atuarem efetivamente como protagonistas, pois puderam fazer sua “própria comunicação” e não apenas consumir mensagens - algo que não conseguiriam em outros veículos de comunicação.

Confirmamos que o serviço de radiodifusão comunitária é um sistema público de comunicação

social sem fins lucrativos e sob controle direto do povo, pois oferece informação, comunicação e cultura como direito e não como negócio. A Rádio Juventude, além de ser um espaço de arte, entretenimento, convívio social, é um instrumento de luta política para conquistas de direitos, dando voz aos sujeitos da comunidade. Mesmo sem concessão outorgada, sua legitimação se dá pelo reconhecimento da comunidade de Saracuruna. Os membros das comunidades não são meros receptores, são potenciais de emissão, sendo uma junção, um intercâmbio de singularidades na construção de outros modos de comunicar. Podemos ainda perceber que a proposta de execução do projeto Agente Jovem na Rádio comunitária buscou linhas de fuga para que suas ideias e experiências saiam da esfera local, levando o conhecimento e o experimento na comunicação popular para espaços que giram em torno do local e do global, fora do espectro das mídias de massa.

Queremos deixar registrada a importância da utilização do rádio, assim como das rádios comunitárias nas escolas, ou até mesmo nos cursos de formação de professores de educação, o que ainda é feito de maneira muito tímida, visto o potencial desse veículo como canal de expressão da cultura local e do fortalecimento da democracia:

O rádio já é uma escola. Ele tem o dom de transformar a vida em sonoridade, penetrando não apenas no pensamento do ouvinte, mas naquilo que ele tem de sensibilidade. Decodificando as mensagens radiofônicas o ouvinte elabora ideia, cria imagens, produz fantasias, enriquece o espírito, modifica ou consolida comportamentos. (ASSUMPÇÃO, 1999, p. 15).

A inclusão da comunicação com mais desenvoltura nas escolas e nos próprios cursos que formam professores na área da educação, faria jus à importância crescente da mídia na sociedade, melhoraria as condições de aprendizagem, contribuiria para desmistificar a mídia e despertar o interesse em apropriar-se dela. Afinal, vivemos a era da sociedade da informação e da comunicação. (PERUZZO, 2004, p. 52).

Referências

- ABAD, M. Crítica política das políticas de juventude. In: FREITAS, M. V.; PAPA, F. C. (Orgs.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2003, p. 25-40.
- ABERT. Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão. Disponível em: <http://www.abert.org.br/site/images/stories/imprensa/cartilha_sejalegal/cartilha_sejalegal.html>. Acesso em: 11 ago. 2011.
- ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas juvenis**. São Paulo: Scritta, 1997.
- AMARANTE, Maria Inês. **Rádio comunitária: protagonismo adolescente na comunicação educativa**. Disponível em: <<http://www.advento.com.br/intercom/resumos/R0903-1.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2011.
- ASSUMPÇÃO, Zeneida Alves de. **A rádio na escola: uma prática educativa eficaz**. *Revista de Ciências Humanas*, São Paulo, v. 7, n. 2, jul.-dez. 2001, p. 33-38.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Lisboa: Veja, 2009.
- BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. **Guia para gestores do projeto Agente Jovem**. Brasília: Ministério da Previdência e Assistência Social 2000.
- BRASIL. Ministério das Comunicações. Lei 9.612, de 19 fevereiro 1998. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 20 fev. 1998.
- BURATTO, Ana Luiza Oliva; DANTAS, Maria Rita Coelho; SOUZA, Maria Thereza Oliva Marcilio de. **A direção do olhar do adolescente: focalizando a escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- CALABRE, Lia. **A era do rádio**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- CAMACHO, L. M. Y. **Violência e indisciplina nas práticas escolares de adolescentes: um estudo das realidades de duas escolas semelhantes e diferentes entre si**. 2000. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. 2003.
- CARVALHO, Marina Góes. A cara jovem do Brasil solidário. **Pais & Teens**, São Paulo, n. 6, 1997, p. 21-27.
- COSTA, Mauro Sá Rego; HERMANN JUNIOR, Wallace. Rádios livres, rádios comunitárias, outras formas de fazer rádio e política. **Lugar Comum**, Rio de Janeiro, v. 16-17, p. 43-46, 2003.
- _____; _____. Rádios comunitárias, *hip-hop* e um coletivo de artes plásticas no Rio de Janeiro: Trabalho imaterial, cultura de resistência. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 30., 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Intercom, 2007, p. 185-201.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. São Paulo: Editora 34, 1997.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Petrópolis: Vozes, 1981.

- FUNDAÇÃO ODEBRECHT. **Protagonismo juvenil:** projetos estimulam adolescentes a atuarem como agentes de ações voltadas para a comunidade. Salvador: Fundação Odebrecht, 1996.
- GALLO, Sílvio. **Deleuze e a educação.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- _____. **Educação anarquista:** um paradigma para hoje. Piracicaba: Unimep, 1995.
- GORZ, André. **O imaterial:** conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005.
- GRANIER, Jean. **Nietzsche.** Porto Alegre: Editora RS, 2009.
- GUATTARI, Félix. **As três ecologias.** Campinas: Papyrus, 1990.
- _____.; ROLNIK, Sílvia. **Micropolíticas:** cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.
- KAFKA, Franz. **Um médico rural.** São Paulo: Companhia das letras, 1999.
- KOHAN, Walter (Org.). **Políticas do ensino de filosofia.** Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- LAZZARATO, Maurício; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial:** formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- MACHADO, Arlindo; MAGRI, Caio; MASAGÃO, Marcelo. **Rádios livres:** a reforma agrária no ar. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- PAIS, J. M. **Culturas juvenis.** Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993.
- PELBART, Peter Pel. **Vida capital:** ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2009.
- PERUZZO, Cicília M. Krohling. **Rádios comunitárias:** entre controvérsias, legalidade e repressão. Disponível em: <http://www.ciciliaperuzzo.pro.br/artigos/radio_comunitaria>. Acesso em: 15 jun. 2011.
- _____. **Comunicação nos movimentos populares:** a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 2004.
- ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A informação no rádio:** os grupos de poder e a determinação dos conteúdos. São Paulo: Summus, 1985.
- SANTOS, Tião. Um pouco da história das rádios comunitárias. In: COSTA, Mauro José Sá Rego; CONDE, Cecília Fernandez; COSTA, Daniel Reis da. **HipHop e política.** Rio de Janeiro: Uerj, 2002.
- SANZ, Luiz Alberto Barreto Leite. **Dramaturgia da informação radiofônica.** Rio de Janeiro: Gama Filho, 1999.
- SILVA, Antonio Carlos da. **Estação Saracuruna:** a estação dos jovens. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2000.
- SOUZA, Regina Magalhães. **O discurso do protagonismo juvenil.** Tese (Doutorado em Filosofia Letras e Ciências Humanas). Universidade de São Paulo. 2006.
- SOUZA, Solange Jobim (Org.). **Subjetividade em questão:** a infância como crítica da cultura. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000.
- SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo. Juventud y políticas públicas em Brasil. In: LÉON, Oscar Dávila (Org.). **Políticas Públicas de juventud em America latina:** políticas nacionales. Viñas del Mar: Ed. Cidpap, 2003.
- VEIGA-NETO, Alfredo. **A crise da modernidade e inovações curriculares da disciplina para o controle:** texto da conferência proferida na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Lisboa: 1998.